
ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR PROVEDOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS EMPREGOS E SALÁRIOS NA DÉCADA DE 1990

Isabel Caldas Borges¹
Marconi Gomes da Silva²

RESUMO: O presente trabalho analisa a estrutura e a dinâmica no segmento econômico provedor de serviços de saúde no Brasil na década de 1990, tendo por referência o quadro mais geral das mudanças ocorridas na sociedade brasileira no período em pauta, tais como as aberturas comercial e financeira e a reestruturação produtiva. Destaca-se que as citadas mudanças encontram-se especialmente relacionadas às alterações no âmbito da política econômica com rebatimentos no mercado de trabalho no setor de saúde. Ressalta-se que a crise fiscal experimentada pelo setor público brasileiro na década de 1990, embora tenha repercutido nas políticas sociais, não interferiu nos gastos com saúde, de modo que o gasto com saúde foi incrementado em 6,4% e a estrutura de prestação de tais serviços foi ampliada no período. Ademais, o mercado de trabalho do setor de saúde apresentou razoável processo de precarização. Desse modo, este trabalho tem como intuito estudar a estrutura e a dinâmica dos empregos e dos salários no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro na década de 1990. Ressalta-se que com propósito de alcançar tal intuito, o presente estudo será realizado a partir da utilização do levantamento da literatura mais relevante sobre a temática do mercado de trabalho e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), publicada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os anos selecionados para a apresentação dos dados foram 1994 e 2000. A escolha do período justifica-se pelo fato de 1994 ser o primeiro ano da década em que os dados são apresentados com base na classificação Anual de Atividades Econômicas (CNAE) e de 2000 encerrar a década estudada. No que se refere aos resultados obtidos na pesquisa, pode-se observar que o segmento econômico provedor de serviços de saúde no Brasil na década de 1990, apresentou-se bastante dinâmico no que concerne à expansão dos estabelecimentos, sem que houvesse correspondência nos empregos formalizados em todas as regiões do país. Todavia, tais resultados não apresentaram contrapartida nos salários pagos. O salário médio foi incrementado em apenas 13% no período de 1994-2000. Por fim, destaca-se que os empregos no segmento econômico provedor de serviços de saúde no Brasil caracterizaram-se pela aglutinação de pessoas com os seguintes atributos: integrantes do sexo feminino, pertencentes à faixa etária dos 25 aos 49 anos e detentoras de nível superior.

Palavras-Chave: Empregos e Salários; Serviços de saúde; Brasil.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Professor Doutor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro experimentou intensas mudanças ao longo das duas últimas décadas do século XX. Tal constatação está vinculada à elevada taxa de desemprego, à retração da atividade econômica, à precarização das formas de uso e de remuneração da força de trabalho. Tais mudanças estão intimamente relacionadas com a adoção das políticas liberais implantadas no Brasil durante a década de 1990. Essa década apresentou como traço marcante, a implantação de uma série de reformas econômicas com caráter estrutural. Ressalta-se que, enquanto o período precedente (1930/80) caracterizou-se pela adoção de planos desenvolvimentistas, a década de 1990 caracterizou-se pela busca da inserção competitiva do país internacionalmente e da redução das altas taxas de inflação que acometiam o país desde a década de 1980.

Nesse contexto, Silva (2000) ressalta que a economia brasileira durante a década de 1990 experimentou grandes transformações, a partir do processo de abertura comercial, políticas de estabilização econômica, precarização do mercado de trabalho e do processo de adesão às novas tecnologias. Tais transformações na economia brasileira impactaram significativamente no mercado de trabalho brasileiro, de forma a criar considerável processo de insegurança e desqualificação da mão de obra. Dessa forma, o que pôde ser observado nesse cenário foi um intenso processo de precarização dos empregos e remunerações, bem como o aumento de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

A década de 1990 apresentou como característica marcante a implantação das reformas estruturais que apresentaram forte rebatimento em todo território nacional. O processo de abertura comercial e financeira, a redução da intervenção estatal na economia, o intenso processo de privatizações, bem como a crise fiscal experimentada pela federação brasileira, induziram à diminuição dos gastos públicos. Neste contexto, alguns segmentos econômicos, especialmente o segmento dos serviços sociais (em particular, aqueles cujo provimento relacionava-se de alguma maneira à esfera estatal) foi fortemente atingido. No domínio dos serviços sociais, deve-se destacar os **serviços de saúde**, em função da ampla mobilização social ocorrida desde a década anterior, passaram a dispor de uma nova forma de estruturação e de financiamento, de modo

que os gastos com saúde como proporção do produto interno bruto do país revelaram uma trajetória ascendente.

Ao lançar foco sobre as despesas governamentais durante o período em pauta, constata-se papel de grande relevância para o setor de serviços de saúde brasileiro. Para ratificar tal assertiva, destaca-se que no Brasil, ao final do período em pauta a União gastou com serviços públicos de saúde cerca de R\$ 45.912.532.107. Portanto, a crise fiscal experimentada pelo setor público brasileiro na década de 1990, não interferiu nos gastos com saúde, de forma que as despesas com saúde foi incrementada em 6,4% e a estrutura de prestação de tais serviços apresentou significativa ampliação no período.

Nesse contexto, as transformações ocorridas no setor provedor de serviços de saúde brasileiro tiveram rebatimentos significativos para os estabelecimentos e os empregos no setor. Desse modo, pode-se constatar que o mercado de trabalho apresentou-se pouco dinâmico, em que pese a boa trajetória do setor sob a perspectiva dos estabelecimentos. Ao analisar informações referentes aos estabelecimentos do setor de saúde nas grandes regiões, verificou-se que em todas as regiões do país houve expansão do número de estabelecimentos de saúde. Ressalta-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento do número de estabelecimentos na década de 1990. Entretanto, ao analisar as informações referentes aos empregos formalizados no setor de saúde, verificou-se que as regiões Sul e Sudeste possuíam o maior incremento dos empregos ao final do período. As regiões Norte e Centro-Oeste, contudo, apresentaram pequena participação relativa e reduzido incremento ao final do período. A região Nordeste apresentou situação intermediária, com tendência à predominância dos empregos no setor.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é estudar a estrutura e a dinâmica dos empregos e dos salários no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro na década de 1990. Deste modo, buscando alcançar os objetivos do trabalho, foram utilizado levantamento da literatura mais relevante sobre a temática bem como a sistematização dos dados retirados da Relação Anual de Informações Sociais

(RAIS), publicada pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os anos selecionados para a apresentação dos dados são 1994 e 2000. A escolha do primeiro ano deve-se ao fato de ser o primeiro da década em que os dados são apresentados com base na Classificação Anual de Atividades Econômicas (CNAE) e do último, por se tratar do ano que encerra o período de abrangência estudo.

As informações quantitativas expressas em valores foram organizadas sistematicamente e tratadas com métodos estatísticos. As séries de valores sobre os salários do segmento prestador de serviços de saúde foram devidamente organizados e deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Além dos salários foram analisados dados de estabelecimentos, empregos, bem como a composição dos empregos segundo atributos (sexo, faixa etária e grau de instrução).

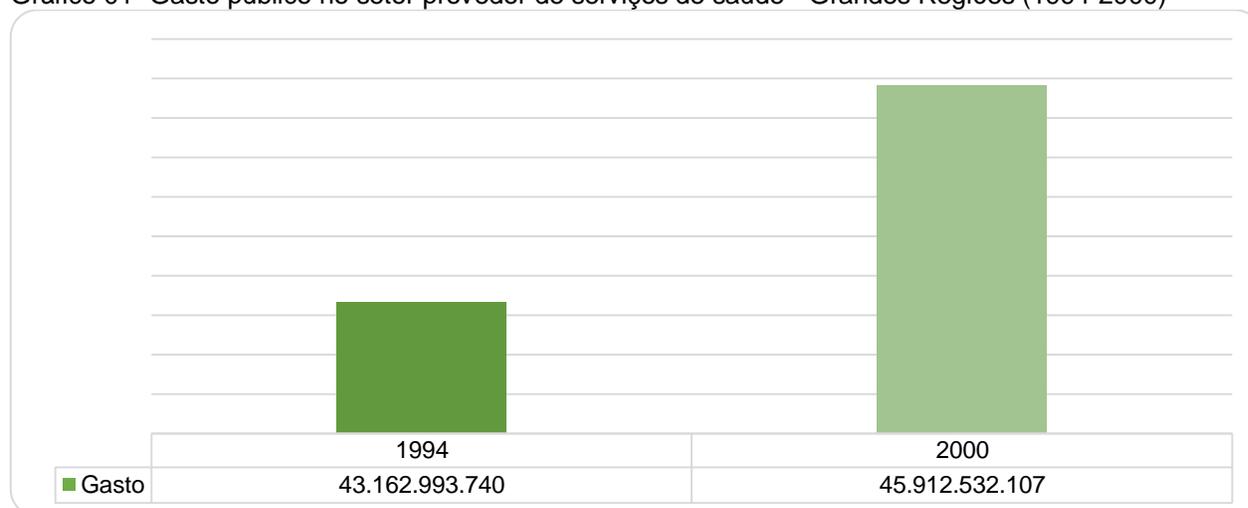
Além desta Introdução e das Considerações finais, o artigo é composto por cinco seções. A primeira seção apresenta uma breve incursão sobre a o gasto público no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro na década de 1990. A segunda seção apresenta a trajetória dos estabelecimentos de saúde no Brasil na década de 1990. A terceira seção expõe a dinâmica dos empregos no setor provedor de serviços de saúde na década de 1990. A quarta seção enfoca o perfil dos empregados no setor provedor de serviços de saúde segundo atributo no Brasil. A quinta seção, por sua vez, realiza uma análise dos salários no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro na década de 1990. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1. GASTO PÚBLICO NO SEGMENTO ECONÔMICO PROVEDOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Durante o período de 1930 a 1980, os acontecimentos favoráveis à situação econômica brasileira permitiram que a União tivesse considerável controle sobre diversas decisões, tais como a política fiscal e a capacidade para atender aos diversos interesses dos entes federativos. As transferências de recursos, incentivos fiscais, os repasses financeiros e a atuação das empresas estatais deram condições para que a união mantivesse sua articulação com os governos dos estados, como também ampliasse o volume de gastos no período (LOPREATO, 2002, p. 241).

Após esse período de auge, caracterizado por elevado crescimento econômico, o Brasil experimentaria um longo período de crise, mais precisamente a partir do início da década de 1980. Tal crise estava diretamente relacionada com a crise da dívida externa, que impactou de forma intensa na queda dos investimentos, levando à redução dos gastos em setores importantes da economia. Todavia, tal redução dos gastos não atingiu o segmento de serviços sociais, particularmente, aqueles cuja prestação de serviços encontrava-se relacionada a esfera estatal. Nesse contexto, os serviços de saúde, principalmente, aqueles ligados diretamente a prestação de serviços hospitalares que em função da sua ampla mobilização social, ocorrida desde a década anterior, revelaram uma trajetória consideravelmente ascendente. Desse modo, enquanto os gastos públicos em geral apresentaram-se declinantes induzindo a uma trajetória desfavorável da prestação de serviços nos segmentos correspondentes, no que refere-se ao segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro, ao menos no que concerne ao aludido indicador, a sinalização apresentou trajetória inversa. (Gráfico 01).

Gráfico 01- Gasto público no setor provedor de serviços de saúde - Grandes Regiões (1994-2000)



Fonte: Elaboração com base nos dados do Tesouro Nacional.

Ao lançar foco sobre as despesas governamentais durante o período em pauta, constata-se papel de grande relevância para o setor de serviços de saúde brasileiro. Para ratificar tal assertiva, destaca-se que no Brasil, ao final do período em pauta a

União gastou com serviços públicos de saúde cerca de R\$ 45.912.532.107. Portanto, a crise fiscal experimentada pelo setor público brasileiro na década de 1990, não interferiu nos gastos com saúde, de forma que as despesas com saúde foi incrementada em 6,4% e a estrutura de prestação de tais serviços apresentou significativa ampliação no período em pauta.

2. A TRAJETÓRIA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 representou um período de significativas mudanças para a economia brasileira. Tal afirmativa está diretamente relacionada às mudanças no âmbito da política econômica adotada e aos seus rebatimentos para os distintos segmentos produtivos e de prestação de serviços durante o período. O processo de abertura comercial e financeira, a redução da intervenção estatal na economia, o intenso processo de privatizações, bem como a crise fiscal experimentada pela federação brasileira, induziram à diminuição dos gastos públicos como proporção da renda nacional, com fortes repercussões por todos os segmentos da economia do país.

Neste contexto, o segmento dos serviços sociais, em particular aqueles cujo provimento relacionava-se de alguma maneira à esfera estatal, foi fortemente atingido. Ressalta-se, entretanto, que os **serviços de saúde**, em função da ampla mobilização social ocorrida desde a década anterior, passaram a dispor de uma nova forma de estruturação e de financiamento, de modo que os gastos como proporção do produto interno bruto do país revelaram uma trajetória ascendente. Assim, enquanto os gastos públicos em geral apresentaram-se declinantes induzindo a uma trajetória desfavorável da prestação de serviços nos segmentos correspondentes, no que concerne ao segmento prestador de serviços de saúde, ao menos no que concerne ao aludido indicador, a sinalização apresentou sentido inverso.

No que concerne ao segmento da saúde, o incremento da população, a nova institucionalidade vigente e os níveis dos gastos certamente refletiram-se no quantitativo dos estabelecimentos e na prestação de serviços. O setor provedor de serviços de saúde brasileiro apresentou uma trajetória de significativo crescimento dos estabelecimentos. Tal crescimento esteve, provavelmente, relacionado à crescente

demanda por serviços de atenção à saúde e a implantação de diversos programas sociais voltados para a área da saúde: Programa Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs).

Segundo os dados da Tabela 01, constata-se que no Brasil, durante a década de 1990 (1994/2000), os estabelecimentos do segmento prestador de serviços de saúde passaram de um quantitativo de 117.748 para 295.036 estabelecimentos, ou seja, apresentaram incremento de 151%.

Tabela 01 - Estabelecimentos no setor prestador de serviços de saúde- Grandes Regiões (1994-2000)

GRANDES REGIÕES	1994 ³		2000		Taxa de crescimento 1994/2000 (%)
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
NORTE	2.463	2,1	10.341	3,5	319,9
NORDESTE	14.940	12,7	50.956	17,3	241,1
SUDESTE	63.906	54,3	155.727	52,8	143,7
SUL	22.059	18,7	56.032	19,0	154,0
CENTRO-OESTE	7.450	6,3	21.980	7,4	195,0
BRASIL	117.748	100	295.036	100	150,6

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

A expansão do número de estabelecimentos de saúde ocorreu em todas as grandes regiões do país. A ressalva a ser feita é que apenas a região Sudeste apresentou incremento inferior à média nacional: 144% contra os 151% do conjunto do país. Aqui merecem destaque as regiões Norte e Nordeste por haverem ostentado as mais elevadas taxas de crescimento do número de estabelecimentos no período, sendo as citadas taxas de 320% e 241%, respectivamente. A região Norte atingiu ao final da década o número de 10.341 e a região Nordeste o quantitativo de 50.956 estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Certamente tais dinâmicas de crescimento propiciaram mudanças na participação das distintas regiões brasileiras na composição do número de estabelecimentos ao final da década. Constata-se segundo os dados da Tabela 02 que as grandes regiões apresentaram as seguintes mudanças de participação relativa: a

³ O item ignorado correspondeu a 6.930 unidades, ou o equivalente a 5,6% do total dos estabelecimentos no ano de 1994.

região Norte, de 2,1 para 3,5%; a região Centro-Oeste de 6,3 para 7,4%; a região Nordeste de 12,7 para 17,3% e a região Sul de 18,7 para 19,0%. Entretanto, verificou-se que embora tenha sido a única região a apresentar incremento inferior à média nacional, a região Sudeste, ao final da década, manteve o seu papel superlativo de aglutinadora da ampla maioria dos estabelecimentos de saúde do país: aproximadamente 53% do quantitativo de estabelecimentos de saúde.

Depreende-se que o número de estabelecimentos de saúde, bem como a sua distribuição territorial encontra-se relacionada aos gastos realizados com vistas à prestação desses serviços que, por sua vez, guarda relação com a demanda existente, bem como com a expectativa de demanda pelos aludidos serviços. É a partir de tal princípio que torna-se compreensível que os maiores incrementos dos estabelecimentos de saúde tenham ocorrido nas regiões mais pobres em decorrência da maior ação do poder público com vistas à melhoria dos serviços de saúde tanto através da ação direta rede pública quanto através da demanda pública por serviços privados de saúde. Ao mesmo tempo permite também compreender que a região concentradora da maior parcela da riqueza, bem como da população do país, tenha concentrado também a maior parcela dos estabelecimentos de saúde do país, não obstante a perda de participação relativa ao longo da década de 1990. A princípio, espera-se que os gastos com serviços de saúde guardem relação com o número de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, bem como com o número de pessoas empregadas na prestação dos citados serviços. Assim, passa-se, em seguida, à abordagem da trajetória do emprego na prestação de serviços de saúde no Brasil na década de 1990.

3. A DINÂMICA DOS EMPREGOS NO SETOR DE SAÚDE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Embora a expectativa mais plausível fosse a de que o número de pessoas empregadas acompanhasse o número de estabelecimentos na prestação dos serviços de saúde, não foi esse, efetivamente, o movimento ocorrido no Brasil na década de 1990. O que se constatou foi que enquanto os estabelecimentos cresceram 151%, os empregos experimentaram incremento de apenas 23% no período de 1994 a 2000 no segmento da prestação de serviços de saúde no Brasil.

Nesse contexto, o que mais chama a atenção é o fato de que contrariamente ao ocorrido com os estabelecimentos, no caso dos empregos foram exatamente as regiões mais pobres que apresentaram as menores taxas de crescimento no período. Os incrementos dos empregos dessas regiões na década de 1990, segundo as regiões, foram os seguintes: Norte, 0,7%, Centro-Oeste, 14,3% e Nordeste, 20,3. Por sua vez, os maiores incrementos no emprego aconteceram nas regiões com os mais indicadores de riqueza, sendo de 37,9% na região Sul e de 23,4% na região Sudeste.

Tabela 02 - Empregos no setor prestador de serviços de saúde- Grandes Regiões (1994-2000)

GRANDES REGIÕES	1994		2000		Taxa de crescimento 1994/2000 (%)
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
NORTE	44.959	3,8	45.257	3,1	0,7
NORDESTE	173.620	14,9	208.837	14,5	20,3
SUDESTE	686.448	58,7	846.827	58,7	23,4
SUL	168.627	14,4	232.620	16,1	37,9
CENTRO-OESTE	95.195	8,1	108.852	7,5	14,3
BRASIL	1.168.849	100,0	1.442.393	100,0	23,4

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

Quanto à participação relativa das regiões na composição do emprego ocorreu, por conseguinte, o movimento contrário ao dos estabelecimentos, ou seja, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste perderam participação relativa, enquanto a região Sudeste manteve e a Sul ganhou participação relativa. Ademais, a região Sudeste manteve o seu caráter superlativo também no que concerne à concentração dos empregos no setor da prestação de serviços de saúde, detendo aproximadamente 59% do total dos empregos do segmento no país tanto no início quanto no final da década de 1990.

Convém destacar que embora seja teoricamente factível que o emprego caminhe *pari passu* com o número de estabelecimentos, é compreensível que em um setor de referência a elevação do nível de produtividade promova a redução relativa do emprego em geral. No caso em pauta não parece ter sido esse o caso. Certamente, a trajetória do emprego foi muito diferente da esperada. Entretanto, a fonte utilizada não permite capturar tal diferenciação, pois trata especificamente do emprego formal e não

do emprego em sua acepção mais geral (ocupação). Assim, se for correto que o emprego formal seguiu uma trajetória diferente do conjunto das ocupações no setor, é preciso levar o argumento adiante, de modo a tornar mais inteligível tal processo.

Certamente, o contexto da década de 1990, marcada por intensas reformas e pelo processo de reestruturação produtiva e de prestação de serviços também atingiu o setor de prestação de serviços em geral e, em particular, o de serviços de saúde, em decorrência da terceirização. Além disso, o processo de flexibilização das relações de trabalho foi decisivo para que as ocupações fossem incrementadas em situação de trabalho precário e, portanto, quebrando a regra vigente por muitas décadas na sociedade brasileira: a da ampliação da estruturação do mercado de trabalho. Isto implicou em relações não formalizadas de trabalho e perda de muitos direitos normalmente associados a esta condição. É evidente que o setor de saúde não passou incólume diante deste processo. Portanto, as baixas taxas de crescimento do trabalho assalariado *vis-a-vis* às verificadas no caso dos empreendimentos foram decorrentes de um conjunto de políticas e processos que precarizaram as relações, os rendimentos e as condições de trabalho no Brasil.

Assim, a trajetória dos empregos no setor de saúde especificamente encontra-se, em alguma medida, associada à flexibilização dos contratos, principalmente no âmbito dos municípios, a partir do processo de descentralização e criação de novos programas sociais. Tais programas influenciaram a precarização do trabalho, principalmente para os agentes comunitários que trabalham em muitos dos municípios do país, através do Programa Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs).

Um outro aspecto a ser levado em consideração para explicar a trajetória do emprego no setor de saúde no Brasil, na década de 1990, foi o fato de ter ocorrido ampliação da participação de instituições privadas no provimento dos serviços de saúde, em decorrência das mudanças institucionais que garantiram à iniciativa privada considerável importância na prestação de serviços básicos de saúde. Em decorrência da ampliação do número de instituições particulares neste setor, o país experimentou

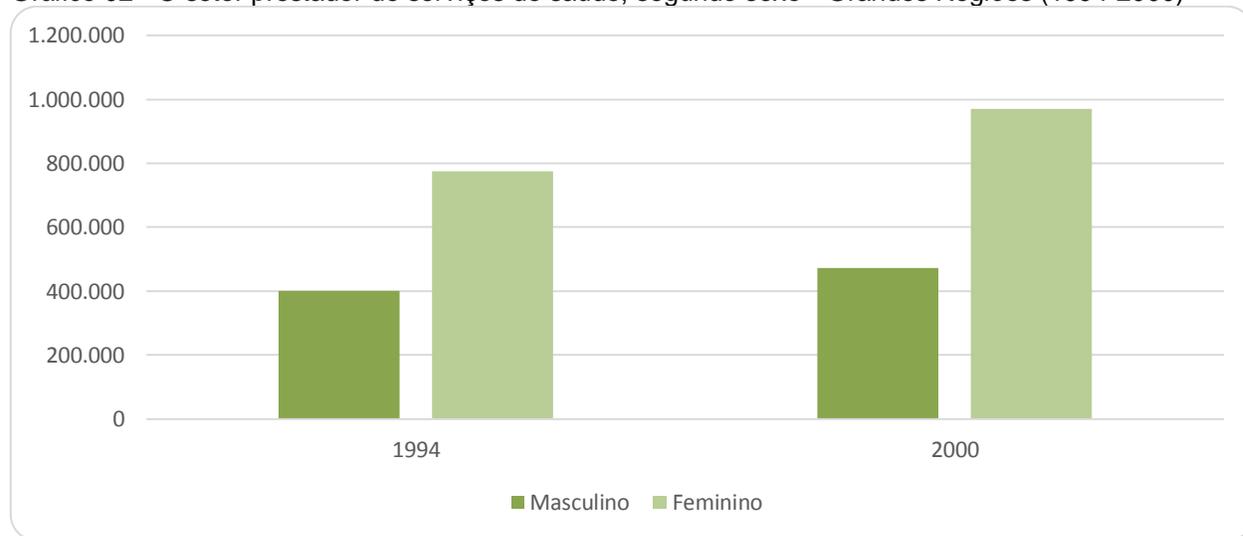
considerável redução no tamanho médio⁴ dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde em todas as regiões.

4. O PERFIL DOS EMPREGADOS NO SETOR PROVEDOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE SEGUNDO ATRIBUTO NO BRASIL (1994-2000)

A análise dos empregos no setor prestador de serviços saúde brasileiro na década de 1990, caracterizou-se pela concentração de pessoas com os seguintes atributos: 1) pessoas empregadas segundo sexo; 2) faixa etária e 3) grau de instrução.

Em 1994, no setor provedor de serviços de saúde brasileiro, apenas 34% dos profissionais de saúde eram do sexo masculino, contra 66% do sexo feminino. Por sua vez, em 2000 a participação do sexo masculino no setor de saúde foi de 33%, contra 67% do sexo feminino, ou seja, o setor provedor de serviços de saúde brasileiro apresentou sensível redução da participação do sexo masculino nos empregos do setor, evidenciando que a participação feminina nos empregos do setor foi expressiva durante toda a década de 1990. Tal afirmação pode ser verificada no Gráfico 02.

Gráfico 02 - O setor prestador de serviços de saúde, segundo sexo - Grandes Regiões (1994-2000)



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

É importante ressaltar que as categorias profissionais como enfermagem, auxiliar de enfermagem, psicologia, serviço social e nutrição são categorias com predominância de profissionais do sexo feminino. Do contrário, as categorias profissionais em

⁴ Considera-se que o tamanho médio do estabelecimento é dado pela relação entre o número de empregos e o número de estabelecimentos.

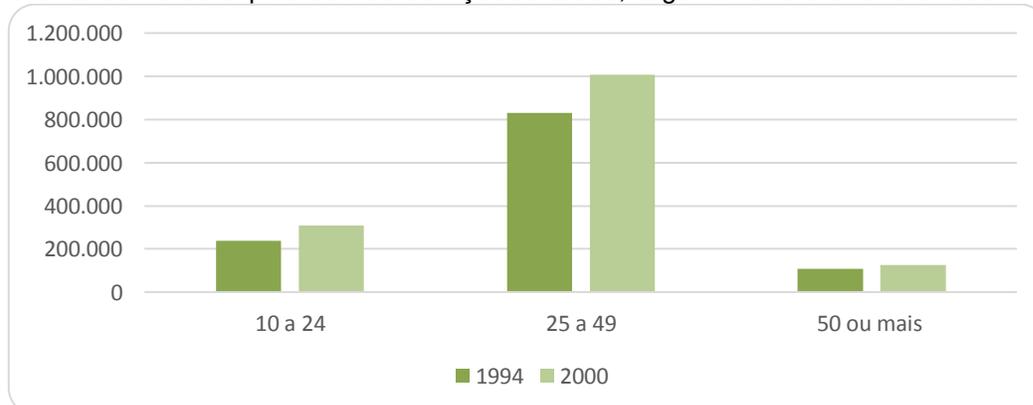
medicina, odontologia, dentista e operadores de máquinas e equipamentos médicos são categorias característica de profissionais do sexo masculino.

No que concerne à distribuição dos empregos no setor prestador de serviços de saúde segundo faixas etárias, é possível observar que significativa parcela dos profissionais possui idade entre 25 a 49 anos, sendo pouco expressiva a participação de profissionais na faixa etária de 10 a 24 anos e desprezível a participação de profissionais na faixa de 50 anos ou mais.

Ao lançar foco sob o Gráfico 02, pode-se contatar que os profissionais do setor de saúde brasileiro, da faixa etária de 25 a 49 anos respondiam por 70,6% dos empregos, em 1994, ao passo que os profissionais da faixa etária de 10 a 24 anos, respondiam por 20,2% e as pessoas com idade a partir de 50 anos responderam por 9,2% dos empregos no setor.

No ano de 2000 a distribuição dos empregos no setor de saúde permaneceu concentrada em profissionais com idade entre 25 a 49 anos. Nesse ano, a faixa etária em foco respondeu por 69,9% dos empregos dos profissionais da área da saúde. No caso dos profissionais com idade de 10 a 24 anos experimentaram sensível aumento, pois em 2000 responderam por 21,3%. Por sua vez, os profissionais de saúde com idade a partir dos 50 anos foi de 8,7%. Tais resultados mostram que o setor prestador de serviços de saúde brasileiro possuiu um padrão de contratação no tocante à faixa etária: de pessoas maduras – dos 25 aos 49 anos de idade.

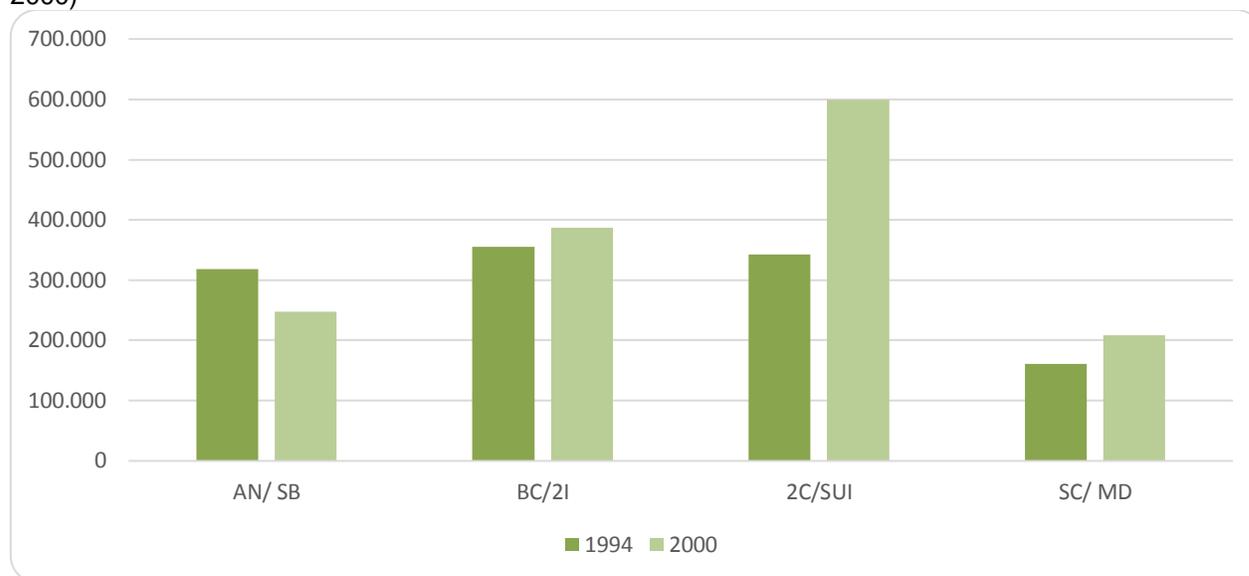
Gráfico 03 - O setor prestador de serviços de saúde, segundo faixa etária- Grandes Regiões (1994-2000)



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

O grau de instrução é um dos atributos mais importante para o profissional do setor de saúde. A proporção dos profissionais de saúde com escolaridade superior é expressivamente elevado. No ano de 1994 o setor de saúde brasileiro contratou 29,1% de profissionais com segundo grau completo e superior incompleto, 30,2% desses profissionais possuíam apenas o básico completo e o segundo incompleto, 27,1% eram pessoas que possuíam apenas o ensino básico e 13,6% possuíam superior completo e pós-graduação (mestrado ou doutorado). Tais resultados, mostraram o quanto o mercado de trabalho no setor de saúde brasileiro é seletivo, mas ainda apresentava-se precário, pois muitos profissionais de saúde nesse período possuíam fundamentalmente qualificação de nível intermediário (Gráfico 04).

Gráfico 04 - O setor prestador de serviços de saúde, segundo grau de instrução- Grandes Regiões (1994-2000)



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

A partir do ano 2000, o setor prestador de serviços de saúde tornou-se mais seletivo, pois ocorreu aumento da contratação de profissionais com maior grau de instrução. Para os profissionais detentores de segundo grau completo e superior incompleto a participação foi de 41,5%, para os profissionais com superior completo e pós-graduação foi de 14,5%. Houve redução na contratação de profissionais do setor com ensino básico completo e segundo grau incompleto, bem como para os profissionais com somente o ensino básico. O primeiro respondeu por 26,8% e o

segundo por 17,2%. Enfim, é evidente que os profissionais ligados diretamente à atividade de atenção à saúde são possuidores de um grau de instrução ainda muito aquém do necessário à prestação de serviços de melhor qualidade.

5. ANÁLISE DOS SALÁRIOS NO SEGMENTO ECONÔMICO PROVEDOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990.

No que concerne aos salários no setor provedor de serviços de saúde brasileiro na década de 1990, constatou-se que apesar de ter ocorrido um movimento generalizado de aumento, em termos reais em todas as regiões, o país apresentou incremento salário real médio de apenas 12,8% entre 1994 e 2000 (Tabela 03).

No que concerne as regiões isoladamente, verificou-se que na região sul os níveis de salários do setor provedor de serviços de saúde foram sensivelmente expressivos, apresentando um nível médio de salário que passou de 2,2 em 1994 para 2,8 salários mínimos, apresentando um incremento no período de 29,6%, ou seja, uma expansão determinante para a apresentada pelo país (12%).

Tabela 03 - Salários no setor prestador de serviços de saúde- Grandes Regiões (1994-2000)

GRANDES REGIÕES	1994 ⁵		2000		Taxa de crescimento 1994/2000 (%)
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
NORTE	1,95	72,0	2,34	76,6	20,0
NORDESTE	1,71	63,0	2,01	65,8	17,8
SUDESTE	2,92	107,5	3,47	113,5	19,0
SUL	2,22	81,7	2,87	93,9	29,6
CENTRO-OESTE	4,46	164,6	2,56	83,5	-42,7
BRASIL	2,71	100,0	3,06	100,0	12,8

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE 1994/2000.

Para a região sudeste a situação não foi diferente, pois os níveis de salários do setor de saúde nessa região do país foram mais de 2 salários mínimos no ano de 1994, porém apresentaram, no ano de 2000, um considerável aumento para 3,4 salários mínimos, ou seja, uma taxa de crescimento do período de 19%. No que refere-se às regiões Norte e Nordeste, houve significativa expansão dos níveis salários para o conjunto dessas regiões. Ressalta-se que em 1994, o salário médio na região Norte do

⁵ O item ignorado correspondeu a 6.930 unidades, ou o equivalente a 5,6% do total dos estabelecimentos no ano de 1994.

país foi de aproximadamente 1,9 salário mínimo e em 2000 apresentou sensível aumento: atingiu em torno de 2,3 salários mínimos, perfazendo uma taxa de crescimento de 20% no período em pauta. A região Nordeste também apresentou considerável expansão dos níveis saláris para o conjunto das regiões. Ressalta-se que em 1994, o salário médio na região Nordeste do país foi de aproximadamente 1,7 salário e em 2000 apresentou sensível aumento, chegando a 2 salários mínimos, apresentando uma taxa de crescimento de 17%.

No tocante a região Centro-Oeste, o caso foi contrariamente ao ocorrido com as outras regiões, pois os níveis de salários nessa região apresentaram-se extremamente baixos, a taxa de crescimento no período foi negativa. Nessa região, foram mais de 4 salários mínimos no ano de 1994, porém no ano de 2000, houve uma drástica redução para um pouco mais de 2 salários mínimos, ou seja, uma taxa de crescimento do período de -42%. Desse modo, é importante ser destacado que ao longo da década de 1990 houve significativo dinamismo do mercado de trabalho no setor provedor de serviços de saúde brasileiro e que os empregos concentraram-se principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país regiões sul e sudeste. Entretanto, tal dinamismo não foi suficiente para evitar que, ao final da década de 1990, o Brasil apresentasse baixos salários e condições de trabalho extremamente precárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por intuito principal o estudo da dinâmica dos empregos e dos salários no segmento econômico provedor de serviços de saúde no Brasil na década de 1990. A exposição procurou demonstrar que o mercado de trabalho do setor de saúde durante a década de 1990 caracterizou-se por intensas transformações, tanto para os empregos, quanto para os salários no setor.

Do exposto, pode-se concluir que a estrutura e à dinâmica do setor provedor de serviços de saúde no Brasil na década de 1990, apresentou considerável dinamismo no que concerne aos estabelecimentos e reduzido dinamismo dos empregos e salários nesse segmento. Desse modo, na análise nacional, constatou-se a expansão do número de estabelecimentos de saúde em todas as grandes regiões do território

nacional. Todavia, vale ressaltar que apenas a região sudeste apresentou incremento inferior à média nacional: 144% contra os 151% do conjunto do país. Constatou-se que houve uma tendência de expansão dos estabelecimentos na região Norte e Nordeste com taxas de crescimento do número de estabelecimentos no período de 320% e 241%, respectivamente.

No que concerne aos empregos o movimento foi menos expressivo, pois verificou-se que, enquanto os estabelecimentos cresceram 151%, os empregos experimentaram taxa de crescimento de apenas 23% no período. Contrariamente ao ocorrido com os estabelecimentos, no caso dos empregos as regiões mais pobres do território nacional apresentaram as menores taxas de crescimento no período. Tal trajetória dos empregos no setor de saúde, em alguma medida, encontra-se, associada à flexibilização dos contratos, principalmente no âmbito das regiões mais pobres, a partir do processo de descentralização e criação de novos programas sociais. Tais programas influenciaram a precarização do trabalho, principalmente para os agentes comunitários que trabalham em muitos dos municípios do país, através do Programa Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários (Pacs).

Os maiores incrementos nos empregos concentram-se nas regiões sul e sudeste. A primeira apresentou um incremento de 37% e a segunda de 23,4%. Os empregos no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro durante a década de 1990, caracterizaram-se pela concentração de pessoas com os seguintes atributos: 1) integrantes do sexo feminino porque maiores quantidades de profissionais na área de saúde são do sexo feminino; 2) pertencentes à faixa etária dos 25 aos 49 anos, posto que as formas de contratação nesse segmento econômico voltam-se para a seleção de profissionais com essa faixa de idade, pois é nessa faixa etária que mais encontram-se profissionais com experiência de trabalho, bem como considerável grau de conhecimento e qualificação profissional e 3) detentoras de nível intermediário de qualificação (ensino médio), não obstante a exigência de nível superior para o exercício de parte considerável das funções na área da saúde.

Quanto aos salários no segmento econômico provedor de serviços de saúde brasileiro, em que pese a aludida dinâmica, é importante ressaltar que esse setor

caracterizou-se pelo pagamento de salários extremamente baixos, pois o salário médio em 1994 foi de 2,7 salários mínimos, enquanto no ano final da série foi de apenas 3 salários mínimos, significando que no Brasil o incremento do salário real médio foi de 12,8% entre 1994 e 2000.

Portanto, o setor prestador de serviços de saúde brasileiro na década de 1990 apresentou-se bastante dinâmico no que refere-se à expansão do número de estabelecimentos, sem que houvesse correspondência nos empregos formalizados e nos salários em todas as regiões do país, em decorrência do conjunto de mudanças que impactaram no mercado de trabalho na década em pauta.

REFERÊNCIAS

BORGES, Isabel Caldas. **Empregos e salários no setor prestador de serviços de saúde na Região Metropolitana de Natal na década de 1990**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011 (Monografia em Ciências Econômicas).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual das Informações Sociais (RAIS)**. Brasília (DF): MTE, 1994 e 2000.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos; UCHOA, José de Freitas; MENELEU NETO, José. **Especificidades do emprego em saúde no Brasil**. Fortaleza: editora, Imprensa Universitária, 2006. 439 p.

SILVA, Marconi Gomes da. **O MERCADO DE TRABALHO DO NORDESTE BRASILEIRO: ocupação e remunerações da força de trabalho no contexto da dinâmica econômica dos anos 90**. Natal 2000.

LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **O colapso das finanças estaduais e a crise da federação**: São Paulo: Editora Unesp, Unicamp. 1e, 2002.

Monografia de Graduação Empregos e salários no setor prestador de serviços de saúde na Região Metropolitana de Natal na década de 1990, Isabel Caldas Borges

Recebido em: Janeiro de 2016
Aceito em: Junho de 2016